

**TEMA: OS DESAFIOS AMBIENTAIS HEMISFÉRICOS, O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.**

**TÍTULO: HIDRELETRICA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL DOS MUNICÍPIOS
ATINGIDOS**

Neilton Fidelis da Silva, COPPE/UFRJ, neilton@ivig.coppe.ufrj.br

Renata Callaça Gadioli dos Santos, Universidade de Brasília, renatagadioli@unb.br

Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas, COPPE/UFRJ, mfreitas@ppe.ufrj.br

1.Introdução

A fase atual do capitalismo impõe um padrão de acumulação hegemônico em sintonia com os interesses das grandes potências mundiais e do capital globalizado. O novo padrão de acumulação, caracterizado pela flexibilidade no processo produtivo e pela crescente competitividade, segue lógicas e estratégias de continuada incorporação de novos territórios em escala mundial.

A crescente demanda populacional por bens, serviços e qualidade de vida permitiu, com o progresso tecnológico, a estruturação e consolidação de modelo econômico-capitalista, pautado no desenvolvimento industrial orientado pelo fetiche da mercadoria como promessa de um amplo acesso da população a uma produção maior de bens de consumo. Para atender a crescente demanda de bens e serviços um aporte tecnológico na geração de energia foi promovido no mundo.

Pela industrialização e pelo capital engendrou-se um processo de modernização que consumiu desproporcionalmente os recursos da natureza. O processo de industrialização, a urbanização e desenvolvimento econômico dos países geram uma maior demanda de recursos. Segundo relatório sobre a situação da população mundial do Fundo das Nações Unidas para a População, mais de 3 milhões de pessoas vive em zonas urbanas no mundo. As cidades ocupam cerca de 2% da superfície terrestre, são responsáveis por 80% das emissões de carbono, 75% do total de madeira utilizada e 60% do consumo de água doce (FNUAP, 2001, p. 32).

Como vimos, um desses recursos é a água, que passa a ser um recurso de valor estratégico e econômico e participa em praticamente todos os processos produtivos, desde a irrigação até a geração de energia elétrica.

Ao longo da história, a humanidade tem selecionado seus sistemas energéticos em função de dois parâmetros fundamentais: Disponibilidade Técnica e Viabilidade Econômica. A partir dos anos 1970, uma outra variável, que condiciona o apoio ou descrédito de qualquer sistema energético, tem sido incorporada: os impactos ambientais que seu uso possa acarretar.

A recente cautela internacional posta sobre as pressões que o desenvolvimento econômico exerce sobre o meio ambiente, bem como a manifesta necessidade de preocupar-se em mitigar estes efeitos, no sentido de resguardar no médio e longo prazo a sustentabilidade do entorno, tem no âmbito da produção, transporte e distribuição de energia seu foco de maior atenção.

A redobrada evidência dada ao setor energético no que se relaciona as repercussões de sua expansão através das tecnologias convencionais é, na atualidade, perfeitamente justificável, uma vez que o uso final dos diferentes produtos energéticos ofertado no mercado estão fortemente relacionados aos setores condutores da economia, indústria, transporte, serviços e setor residencial.

À expansão econômica importa, portanto, o desenvolvimento destes setores da economia, que por sua vez urgem de um sistema de abastecimento energético de fácil acesso e de elevado nível de segurança em seu aprovisionamento. A geração de energia elétrica com recursos hídricos ocasiona variados tipos de dinâmicas territoriais regionais, enquanto os reservatórios hidrelétricos podem promover efeitos nas localidades que os recebem.

Dentre as tecnologias em uso para geração de energia elétrica, destaca-se no Brasil, pela sua reconhecida vocação hídrica, a hidroeletricidade. A inserção das hidrelétricas no Brasil foi um reflexo das grandes mudanças que ocorreram no território em função da renovação e acréscimos técnicos para alcançar e promover a industrialização tardia, que possui conexão com a complexidade econômica global. Sendo assim, contextos globais marcaram e materializaram territórios locais.

Chamadas para atender a demandas de energia distantes dos locais onde foram implantadas, as hidrelétricas responderam às crescentes reestruturações no território brasileiro em função da ocupação e urbanização e do processo de industrialização.

Segundo Becker e Egler (1998, p. 147) o processo crescente de urbanização brasileira, que foi motivo para a industrialização no país, passou a ser a base permanente para esse mesmo crescimento industrial. Novas cidades surgiram e com elas novas demandas, bem como asseguraram o processo de intensificação da mobilidade de capital e da força de trabalho. A urbanização do território tornou-se, então, uma estratégia para o desenvolvimento do país. (Becker e Egler, 1998, p. 146)

No Brasil, as dinâmicas territoriais e ambientais nos municípios diretamente atingidos pelas usinas hidrelétricas indicam efeitos bastante polêmicos sobre as áreas urbanas, rurais e suas populações e em função desse contexto nascem movimentos sociais e novas estruturas organizacionais como forma de poder local, que buscam na aliança com os atores solucionar os conflitos existentes e promover um efetivo desenvolvimento sócio-espacial. Como exemplo de tais movimentos sociais, temos no Brasil o MAB – Movimento de Atingidos por Barragens¹, que possui em sua trajetória a luta pela terra, pela natureza preservada e pelos anseios das populações atingidas pelas construções de barragens desde a década de 90.

A energia hidrelétrica é, portanto, um insumo à produção, uma demanda residencial e industrial que garante o funcionamento de equipamentos até então não disponíveis e atende ao modo de vida urbano. O discurso de construção das hidrelétricas, entretanto, pretendia levar desenvolvimento às comunidades locais que tiveram seu território e dinâmica de vida alterada.

Freitas e Dutra expõem que a produção hidrelétrica em áreas do interior e o aumento de nível de renda local são simultâneos em razão de dois fatores. Um direto resultante do montante da compensação financeira para os municípios e estados atingidos pelas represas; e outro indireto resultado da implantação de infra-estrutura de apoio à geração e ao transporte da eletricidade, que abre perspectivas para o

¹ Em escala global temos a Comissão Mundial de Barragens que foi criada em um encontro em 1997 em Gland, Suíça, para discutir questões altamente controversas envolvendo as grandes barragens. O workshop reuniu 39 participantes de governos, do setor privado, de instituições financeiras internacionais, de organizações da sociedade civil e de populações afetadas. O relatório final da Comissão Mundial de Barragens, **Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões**, foi publicado em novembro de 2000.

surgimento de um pólo de atração industrial, que por sua vez, atrai atividades do setor de serviços e comércio em geral. (2003, p. 51)

As análises sobre a implantação de usinas hidrelétricas no Brasil sugerem que, embora as demandas por energia se originem em áreas diferentes, os impactos sociais e ambientais das barragens tendem a atingir de forma direta ou indireta uma ampla região de influência e alteram sobremaneira os padrões de vida das comunidades locais.

Acompanhando o contexto nacional de planejamento e desenvolvimento regional, surgem, na década de 70, as propostas de construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, no norte de Goiás, Brasil. As aceções adotadas eram carregadas de um discurso voltado para a necessidade de promover o desenvolvimento em uma região ainda de alta demanda de crescimento econômico e social.

O artigo procura de maneira ampla e preliminar² analisar os impactos da UHE Serra da Mesa, no estado de Goiás/Brasil, nas populações atingidas diretamente pela formação de seu reservatório. Procura, ainda, detalhar as características, capacidades, necessidades e prioridades das comunidades, bem como de seus potenciais endógenos necessários para a promoção do desenvolvimento local e regional, analisando também o papel da concessionária geradora de energia nesse processo de gestão do território e promoção do desenvolvimento sócio-espacial.

A metodologia utilizada inclui inicialmente pesquisa de caráter *exploratório*, com levantamento bibliográfico, documental, e observação direta e entrevista semi-estruturada.

2. Estado e Território

Ao abordarmos a questão do desenvolvimento seja nacional, regional ou local é imprescindível correlacionarmos o conhecimento do que é o Estado, uma vez que entende ser este um ente responsável pelo fomento da infra-estrutura, tais como as

² O presente trabalho faz parte da pesquisa de mestrado ainda não concluída, que está sendo realizada no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília- UnB pela segunda autora com apoio do IVIG – Instituto Internacional Virtual de Mudanças Globais da COPPE/UFRJ. Refere-se, portanto, aos estudos e análises realizados até o presente momento.

hidrelétricas em estudo ou o fomento de políticas públicas que irão viabilizar o desenvolvimento.

Segundo Costa (1992, p. 34) Ratzel afirma ser o Estado, antes de tudo um agente articulador entre o povo e o solo. Novamente repete-se o caráter de poder do Estado sobre seu povo na tentativa de promover a unidade no território.

Na opinião de Costa o Estado é uma unidade nacional-territorial comandada pelo poder central e citando Ratzel afirma que o Estado tem o papel de desenvolver uma política estatal correta e de evitar que as dissensões ocorram no interior da sociedade se transformem em conflitos geografizados. Estão ambos afirmando o conceito de Estado como ente formado por seu povo, dotado de poder, constituído por um território e responsável por atender às necessidades coletivas e não grupais. Ratzel, citado por Costa (1992, p. 33) afirma argumenta que:

“O homem, bem como a maior de suas obras, o Estado, não é concebível sem o solo terrestre. Quando nós falamos de Estado designamos sempre, exatamente como no caso de uma cidade ou estrada, uma fração da humanidade ou uma obra humana, e ao mesmo tempo, uma superfície terrestre.”

Na promoção do desenvolvimento é o Estado o principal articulador, porém não o único. Durante o período fordista era necessário uma ampliação expressiva do papel do Estado, tanto na regulação econômica, como por meio da regulação de trabalho, de uma política orçamentária, na intervenção estatal no planejamento do desenvolvimento e nas políticas industriais e agrícolas. (Leborgne e Liptez, 1990, p.20) Na visão dos teóricos do Estado, o papel deste era acelerar a industrialização, modernizar a agricultura e promover a infra-estrutura indispensável para a urbanização.

Enclaves foram implantados nas regiões brasileiras, como no mundo, e não nasceram de um processo de desenvolvimento que expressassem as forças sociais, políticas, econômicas endógenas e tenderam a romper as tramas e cadeias que conformam antigas regionalizações, tornando-se por força própria instrumentos ativos de (re) ordenamento territorial, (Vainer e Araújo, 1992, p. 35).

O governo nacional brasileiro estabeleceu um modelo de gestão do território no qual tiveram prioridades os setores de agricultura, transporte, telecomunicações e

energia. Havia a expectativa, cultivada pela ideologia desenvolvimentista, de que grandes projetos, em particular a construção de barragens contribuiriam para disseminar o desejado progresso e seu planejamento deveria reduzir as diferenças regionais. (Santos e Cidade, 2005, p.2)

A própria implantação de hidrelétricas em porções específicas do território brasileiro, que destinaria às diversas localidades sua função na divisão territorial do trabalho, demonstra um programa de industrialização nacional com inserção técnica e informacional no território com fortes traços fordistas.

Território entende-se geralmente pela extensão apropriada e usada. (Santos & Silveira, 2003, pág. 19) [...] Mas a territorialidade humana pressupõe também (além de vivência e de reprodução) a preocupação com o destino, a construção de futuro, o que entre os seres vivos, é privilégio do homem.

O conceito de Andrade sobre território procura articular os diversos atores e seus interesses e articulações na malha das relações sociais. Afirma Andrade, que o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço e lugar. Assim, deve-se ligar sempre à idéia de domínio e de poder (Andrade, 1998, 213). Tendo então o território diversos atores, estes articulados com o Estado devem promover o desenvolvimento de suas territorialidades.

O Estado necessitou transformar sua forma de gestão pública para se articular de forma efetiva com os diversos atores existentes no território. Pela reforma do Estado ermitiu a participação popular, a descentralização política no processo de gestão e a integração entre atores e instituições. Através de uma ação coletiva é possível modificar um estado de coisas que se considera adverso, mas a ação coletiva somente ocorrerá quando a sociedade encontrar-se autônoma. Uma sociedade autônoma basicamente significa:

Uma sociedade na qual a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos foi abolida, com isso dando-se a oportunidade de surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes (SOUZA, 2001, p. 175)

Cidadãos conscientes, responsáveis e participantes interagindo com grupos de base governista no processo de tomada de decisões representam grupos, classes

definidas e organizadas. Grupos estes de atores modeladores do espaço com uma constelação de forças, interesses diversos.

3.O que chamamos de desenvolvimento

O fetiche do consumo desenvolvido ao longo dos anos na população mundial promoveu uma busca desenfreada pela industrialização e pelo desenvolvimento. Inicialmente, a noção de desenvolvimento tinha como premissa a equivalência entre desenvolvimento e crescimento econômico, na suposição de que tal padrão seria igualmente acessível a todas as sociedades. Nesse sentido, estavam implícitos o aumento do fluxo de renda, do PIB per capita e da quantidade de bens e serviços, sem se preocupar quem ou que grupos eram os beneficiados por tais facilidades.

O conceito de desenvolvimento apontava para uma maneira única e homogênea de modernização a ser seguida por todas as sociedades e apoiava-se em dois grandes mitos: o mito da sociedade industrializada, responsável pela idéia de que seria este o objetivo de todas as sociedades, e o mito econômico e tecnocrático, essencialmente redutores na medida em que remetia toda e qualquer análise às teorias economicistas vigentes. (Morin, 1997)

As transformações promovidas nas sociedades alteraram o conceito de desenvolvimento. Para Souza, desenvolvimento é tido como uma mudança social positiva e dessa forma traduz-se em desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento de justiça social. A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas, igualmente, a espacialidade. (2001, p. 61)

Para Oliveira, (2001, p. 11) o desenvolvimento local poderia corresponder à satisfação de um conjunto de requisitos de bem-estar e qualidade de vida onde são imprescindíveis os atendimentos de dimensões que garantam o exercício da cidadania.

Para o desenvolvimento local, entretanto, alguns princípios são necessários, sem os quais o processo não emerge, tais como o desenvolvimento de associações e cooperativas, de aprendizagem e conhecimento, de desenvolvimento tecnológico, de articulação em rede de produção, de identificação e valorização da identidade local e dos recursos.

A compreensão de desenvolvimento local atual contempla, assim, o crescimento econômico, mas também o crescimento do capital humano, entendido como capacidade de criar e recriar conhecimento, competência; o crescimento do capital social, trabalhado conceitualmente mais à frente; a implementação de uma boa governança e no uso sustentável do capital natural. (Trusen, 2002, p. 19)

Segundo Boisier, para se desatar um processo de verdadeiro desenvolvimento pressupõe-se uma atitude mental coletiva positiva. Esse seria o fator endógeno no processo (2004, p. 36). Storper o caracteriza pela aprendizagem organizacional e tecnológica, mas não exclui a necessidade de densidade econômica prévia e afirma que a teoria da aglomeração econômica tem sido pouco valorizada nos teóricos do desenvolvimento (2003, p. 5).

Para Boisier, a endogeneidade deve entender-se como a crescente capacidade territorial para gerar seus próprios impulsos de mudança tecnológica, capazes de mudar qualitativamente seu funcionamento, associada à capacidade de estabelecer e por em funcionamento um sistema local da ciência e da tecnologia com instrumentos de políticas adequados aos estilos de desenvolvimentos próprios. (2004, p. 37) Entretanto, o desenvolvimento das variáveis endógenas depende da percepção que os agentes locais têm da sua realidade e de suas potencialidades, não sendo possível mobilizar o esforço produtivo de qualquer comunidade se esta não tem consciência de suas potencialidades. (Paiva, 2004, p. 12)

4. A Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa-Goiás/Brasil

A UHE de Serra da Mesa está localizada no norte do estado de Goiás, na região hidrográfica do Tocantins-Araguaia. Seu planejamento data da época da ditadura militar. Sua construção somente foi iniciada na década de 1980 e concluída no final dos anos 1990, entrando em funcionamento em 1998. A UHE Serra da Mesa é responsável pela conexão entre o sistema interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste e o Norte/Nordeste, sendo o elo da Interligação Norte-Sul. Sua barragem está situada no curso principal do Rio Tocantins, no município de Minaçu (GO), a 1790 km de sua foz e a 640 km de Brasília - DF.

A hidrelétrica alterou o território de oito municípios do norte de Goiás que viviam até então da pecuária e da agricultura de subsistência, quais sejam: seis da mesorregião norte do estado de Goiás: Niquelândia, Minaçu, Uruaçu, Campinorte, Campinaçu, Colinas do Sul, e dois na mesorregião centro de Goiás: Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino. (figura 1 – As mesorregiões do Estado de Goiás)

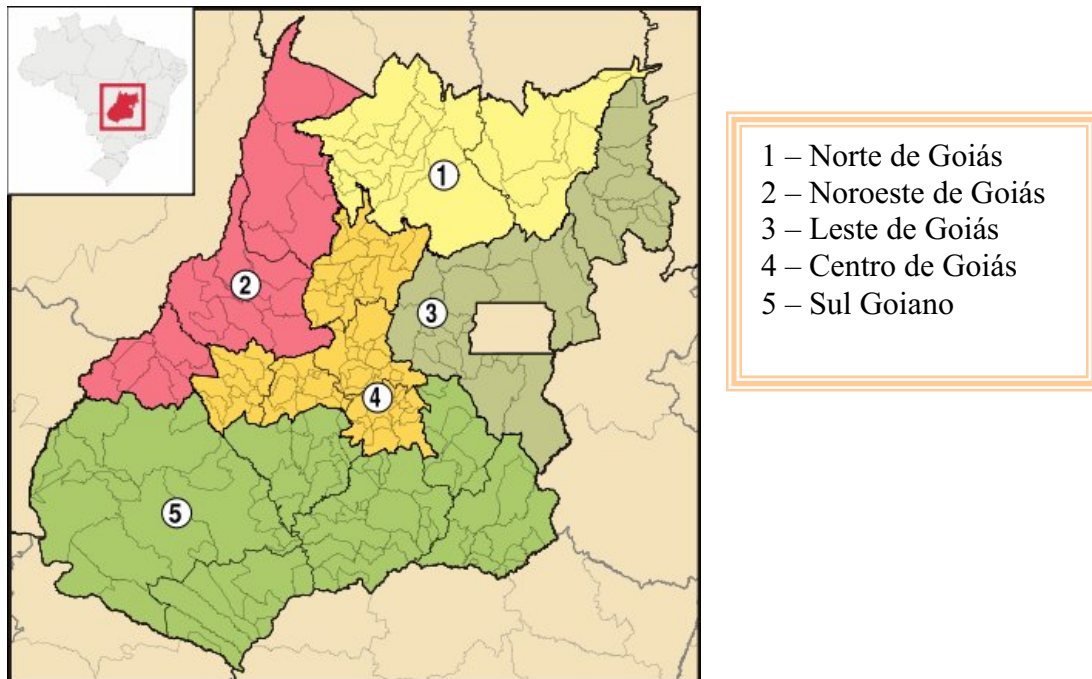


Figura 1 – As mesorregiões do Estado de Goiás

Fonte: Fundação Wikimédia, 2006

À época da construção da UHE Serra da Mesa, os municípios diretamente atingidos pertenciam à área mais estagnada economicamente do estado de Goiás e possuíam pouca relevância em termos de empregos industriais. A base econômica da região compreendida pelos oito municípios lindeiros sempre esteve voltada para a produção agropecuária.

A dinâmica populacional da região dos municípios diretamente atingidos não pode ser caracterizada de forma igual para todos eles. A usina começou a ser construída em 1986, porém por escassez de recursos financeiros suas obras foram paralisadas no final da década de 80 tendo seu reinício no Governo Itamar Franco em 1993. É, portanto, a partir desse período que a região sofre alterações em seu contingente populacional.

Segundo Almeida (2003, p. 107), as terras, geralmente de preço inferior às demais regiões goianas, revalorizaram-se após a construção da hidrelétrica e atraíram grileiros principalmente paulistas, que compraram áreas de cerrado nas imediações do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, formando um corredor entre o Parque e o Lago. Os investidores de Brasília e Goiânia compraram as margens do Lago para construir residências secundárias, condomínios e empreendimentos turísticos.

A figura 2 mostra a localização geográfica do lago gerado pela UHE Serra da Mesa no Estado de Goiás, bem como os oito municípios abordados neste relatório. Artigo.

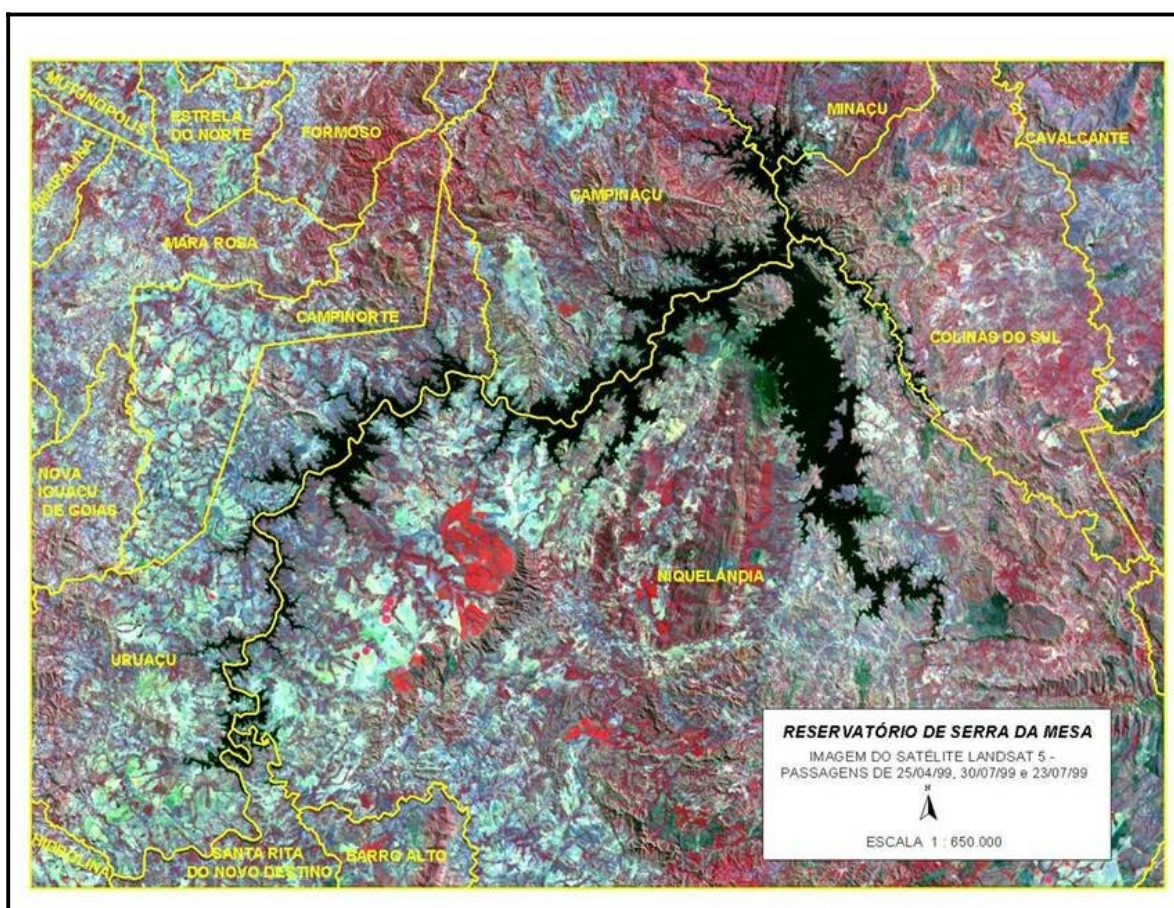


Figura 2 -Reservatório da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa e Municípios Lindeiros

Fonte: ANEEL, 2005

Segundo Guedes e Natal (1995, p. 7), quando do planejamento da UHE Serra da Mesa os estudos estimavam uma população total a ser atingida, na ordem de 3% da população total dos municípios que teriam suas terras alagadas. Eram basicamente

propriedades rurais e a maioria da população percebeu de modo otimista o anúncio do lago e a possibilidade de negócios, que em muitos municípios não se concretizou em novas práticas econômicas e melhoria da qualidade de vida.

Em que pese toda a expectativa gerada por um discurso de desenvolvimento regional, alardeado pelo atores proponentes do empreendimento (setor elétrico e gestores públicos no nível federal e estadual) passado os oito anos de entrada em operação das turbinas os municípios diretamente atingidos ainda sofrem com a falta de uma política de promoção de melhorias de infra-estrutura. Existe ainda a falta de saneamento, equipamentos urbanos, geração de emprego e renda, bens de consumo e qualidade de vida.

O período de construção da hidrelétrica caracterizou-se pela prosperidade na oferta de emprego. Hoje, porém, existe uma fuga da população da região em função do retorno de grande parte da população flutuante alocada pela concessionária e empreiteira nas vilas de operários na categoria de seus funcionários e pela pouca expressividade na geração de empregos e melhoria da qualidade de vida. Então, o que sobra para as cidades é uma reestruturação de grande parte de suas funções em razão da diminuição da demanda por serviços e bens.

O índice de desenvolvimento humano municipal demonstra que praticamente todos os municípios encontram-se abaixo da média do estado goiano, que era 0,707 em 1991 e passou para 0,77 em 2000.

| Município | 1980 | 1991 | 2000 |
|----------------------------|-------|-------|-------|
| Colinas do Sul | - | 0,585 | 0,671 |
| Campinaçu | - | 0,622 | 0,733 |
| Campinorte | 0,536 | 0,667 | 0,753 |
| Minaçu | 0,563 | 0,660 | 0,749 |
| Niquelândia | 0,509 | 0,609 | 0,739 |
| Uruaçu | 0,617 | 0,663 | 0,629 |
| Barro Alto | 0,420 | 0,624 | 0,708 |
| Santa Rita do Novo Destino | - | 0,590 | 0,684 |

Após esses nove anos de operação da UHE Serra da Mesa, não se pode faltar uma atribuição à sua contribuição para as alterações vivenciadas pelos municípios. Entretanto, as contribuições não atingem as expectativas dos moradores locais e de seus governantes.

No depoimento do Sr. Eloir, Diretor do Sindicato Rural de Colinas do Sul a construção da hidrelétrica ajudou muito ao trazer emprego, mas considera também que a degradação foi o lado ruim do processo. De acordo com o entrevistado,

“... fizeram a barragem, e deu bastante emprego pra gente daqui na construção. Mas degradou muito também, as matas e culturas da beira do Rio não sobrou nada. Acho que quem mais depredou a mata foi o Lago, que acabou com as matas e com os animais. Já vi até macaco no chão com fome, sem mata pra ele ter o que comer: coco, jatobá.”

A visão da falta de cumprimento à promessa do desenvolvimento local e regional por parte dos governantes e das concessionárias de energia é grande entre os entrevistados na pesquisa de campo. Praticamente todos afirmam que o desenvolvimento não foi o esperado e que a expectativa criada não foi concretizada. Quanto mais próximos da população local, mais a sensação de falta de desenvolvimento se tem, pois os serviços que saúde, educação, emprego e segurança, bem como a acessibilidade à moradia permaneceram no sonho. A mudança social positiva não se concretizou com uma esperada melhora na qualidade de vida e um aumento de justiça social.

Este é o depoimento do Sr. Jaú, que foi remanejado de sua propriedade e atualmente articula-se com o Movimento de Atingidos por Barragens.

O Sr. Jaú considera não haver ainda uma melhora na qualidade de vida ao afirmar a intransigência das autoridades. Em seu depoimento diz

“Em 1994 fui ressarcido com um valor equivalente a metade do valor real da terra, que já estava toda trabalhada. Eu me neguei e receber. Eles falaram que eu teria que entrar na justiça e não teria dinheiro pra pagar advogado, então era melhor eu receber o que eles ofereciam. [...] Aconteceu que eles me deram uma micharia, e no dia, em 1997, quando foram nos despejar de casa, eu não estava. Eles invadiram a casa, a polícia botou o revólver no peito de minha mulher, derrubou ela. Botaram todo mundo pra fora, bateram no meu filho

também e aí minha mulher passou mal, teve que ir pro hospital com problema no coração. Quando eu voltei, ela ainda estava no hospital se recuperando. Depois minha mulher foi embora, disse que não queria ver os filhos morrerem aqui nessa briga.

Depois disso tudo, que eu fiquei sem ter como trabalhar, comecei a pescar e eu não podia pescar que vinha a polícia ou o IBAMA atrás de mim. Recebi várias vezes mandatos de busca e apreensão em minha casa, porque eles me perguntavam se eu estava pescando e eu não mentia. Eu precisava pescar porque já não tinha mais minha terra pra plantar.”

Na visão do Sr. Nelson, pecuarista da região no município de Colinas do Sul,

“Até uns tempos atrás, antes da construção da barragem, não existia nada aqui, não tinha farmácia, padaria, loja de nada, não tinha nem energia. A cidade era um povoado sem nenhum tipo de recurso, sem médico, sem remédio. Aí depois da construção da barragem, depois que o município se emancipou, aí teve um certo progresso. Só que mais em função de ser um entroncamento importante, e não por causa da barragem.”

Entretanto, o ponto de vista do governo local é contraditório entre os municípios entrevistados. Dos oito municípios foram visitados quatro, entre eles municípios como o de Colinas do Sul e o de Campinaçu, que possuem índice de desenvolvimento baixo, comparado com o de Niquelândia e o de Uruaçu. Para o Secretário de Governo de Niquelândia o lago trouxe investimentos milionários ao município. Para ele o município teve investimentos imobiliários na beira do lago que vão de 300mil a 700mil reais. Segundo seu depoimento “o lago trouxe até maior conhecimento sobre o município por conta do turismo.”

Porém, para o Sr. Jeovan, Diretor de Meio Ambiente de Campinaçu a esperança de desenvolvimento também não se traduziu em fato concreto. Em seu depoimento declara

“No início a expectativa foi boa, porque a gente achava que ia usar essa energia, que não iria ter tanto impacto ambiental como teve, pegou muitas terras boas e muitas madeiras que ficou dentro d’água. Mas na verdade não usamos nada da usina, só a pesca no lago, em outras cidades tem servido pra turismo, aqui em Campinaçu nada. Nossa esperança era que fosse melhor, que FURNAS desse assistência pra gente aqui.”

Esse contexto sugere a relevância do questionamento sobre o papel do setor elétrico na gestão do território e no efetivo desenvolvimento local e regional. A construção do lago, além de possibilitar novas atividades econômicas com a utilização das águas do reservatório também gera aos municípios atingidos uma “compensação financeira” mensal que na prática não se traduz em um efetivo desenvolvimento. Isso

ocorre em função das dinâmicas socioespaciais existentes e dos frágeis instrumentos de apropriação dos conhecimentos das sociedades atingidas para alavancar o desenvolvimento do município e atuar positivamente na melhoria da qualidade de vida.

A Compensação Financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1º, e regulamentada pela Lei nº 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. Os municípios passam a deter, em tese, uma nova fonte financeira para promover o desenvolvimento local.

Do recurso gerado são destinados 45% aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHE's, enquanto que os Estados têm direito a outros 45%. Dessa forma, os municípios possuem duas novas fontes financeiras para a promoção do desenvolvimento local e da gestão do território.

Na garantia do processo de desenvolvimento o território, constituído pela sua comunidade, dotada de padrões sociais, culturais e recursos naturais é o próprio construtor de seu desenvolvimento e crescimento (Boiser, 2004, p. 34). O território, portanto, possui potencialidades endógenas que favorecem o desenvolvimento local. Tais potencialidades ocultas ou em evidência quando percebidas pela comunidade favorecem a articulação entre os atores e desencadeiam na efetiva transformação de sua realidade conforme os interesses e necessidades de sua sociedade.

Percebe-se, portanto, que o setor hidrelétrico tem um compromisso socioambiental com as comunidades diretamente atingidas. Existe um passivo a ser articulado da melhor forma para os dois setores, a comunidade e o setor hidrelétrico.

5. O potencia endógeno

A percepção que os agentes locais têm da sua realidade e potencialidades induzem uma capacidade inicial de mobilizar o esforço produtivo. Segundo Paiva, inúmeros projetos produtivos partem de uma base material pobre, mas são impulsionados pela convicção e dedicação dos agentes locais e vicejam. (2004, p. 12) Sendo assim, a falta de confiança no potencial ou até mesmo seu desconhecimento pode ser um obstáculo. Ainda segundo Paiva, o potencial da região deve ser pensado como a capacidade da mesma em dar início e sustentação a processos de autonomia

material e bem-estar crescente dos agentes produtivos locais com base na mobilização do maior volume possível de recursos disponíveis internamente. (2004, p. 16)

Sendo assim, ao perguntarmos para os entrevistados qual seria o potencial para o desenvolvimento do município, muitos acreditam ser o turismo. Para o Sr. Gil, comerciante de Campinaçu o turismo é a alternativa divulgada desde o enchimento do lago e como é uma atividade em crescimento no país, acabam por procurar promover também na esperança de que as pessoas que possam vir tragam mais dinheiro para movimentar a cidade. Entretanto, afirma ele que:

“A terra que ainda sobrou depois do lago é boa, podia fazer uma usina de açúcar, ou álcool. Falaram em construir uma casa de farinha e que a COTRIL ia colocar um confinamento (para o gado) aqui. Já que o pessoal gosta de plantar, podia trazer uma cultura nova, pra que as pessoas tenham condições de permanecer na terra.”

Para a prefeita de Colinas do Sul, Sr^a. Cristina, o turismo também é uma opção forte para o município, já que além do lago toda a região possui também belezas naturais de forte atratividade. A proposta do senhor Evisio, chefe de gabinete da prefeitura de Uruaçu é de que além do turismo existe a possibilidade de criação de peixes em cativeiro, para venda a mercados garantidos de Brasília e Goiânia eliminando-se assim a pesca predatória que existiu nos primeiros anos do lago.

Segundo ele *“houve muita exploração da pesca, mesmo com toda a legislação, porque aqui em Goiás é proibida a pesca, mas mesmo assim o pessoal vinha de Brasília e ainda sai em torno de 10 a 12 toneladas de peixe por semana clandestinamente...”*

As fragilidades, porém, definidas pelos atores entrevistados, variam em equipamentos urbanos, tais como saneamento básico, acessibilidade à água e energia, transportes, escolas, equipamento das escolas existentes que são bastante precárias, áreas de lazer, asfalto. Além disso, relacionam também a insuficiência nos sistemas de comunicação, tais como sinais de celular, televisão e internet a carência na produção do conhecimento, solicitando a indução e evolução do processo de aprendizagem dos gestores e população na capacitação para trabalhos que gerem renda e permitam a melhoria da qualidade de vida individual dos habitantes e o desenvolvimento local. No depoimento do Sr. Joevan_Diretor de Meio Ambiente de Campinaçu, a concessionária

de energia está em dívida com a população e chega mesmo a pedir que Furnas contribuía de alguma forma

“para gerar emprego e contribua com assistência técnica e tecnológica para a cidade, [...] tal como a empresa Sama em Minaçu, que faz palestra de conscientização, tanta coisa para a população, como a doação de computador. A Sama tenta mostrar para a comunidade o que se deve fazer com o lixo, com a reciclagem, traz pessoas que entendem da área para dar palestra. Furnas nunca fez nada disso. Para a comunidade Furnas nunca fez nada”.

Afirma ainda que o Lago não é um problema para a localidade, mas que precisa de ajuda para a promoção efetiva do desenvolvimento local e regional. Essa análise é praticamente um consenso entre os entrevistados, sejam gestores públicos ou liderança local.

6. Considerações Finais

Os impactos da UHE Serra da Mesa são os mais variados, desde a proliferação de doenças no gado proveniente da fuga dos morcegos que fugiram das cavernas inundadas e infectaram o gado com raiva até e o surgimento de doenças sexualmente transmissíveis durante a fase de construção da hidrelétrica.

Há, ainda, alterações na cultura local promovidas pela inserção de uma população flutuante de funcionários da empresa geradora de energia e a alteração da paisagem inicial e de acessibilidade da população, contribuindo também para a alteração das atividades produtivas iniciais, que para muitas famílias as atividades produtivas estavam baseadas Além disso, existem os benefícios, como a possibilidade de geração de emprego pela atividade turística, projetada pelos governos e disseminada amplamente e os recursos provenientes da compensação financeira, mesmo que estes não sejam considerados suficientes o bastante por alguns.

Para todos, portanto, as empresas geradoras de energia poderiam ser mais ativas no auxílio à promoção do desenvolvimento local, principalmente na dotação de apoio técnico e tecnológico e na geração de conhecimento que promova a competitividade da região, a geração de emprego e renda e à melhoria no atendimento de serviços essenciais a qualidade de vida.

7. Referencial bibliográfico

Andrade, Manuel C. de. Territorialidades, desterritorialidades, as novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: Santos et all (org.) Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1998.

Becker, Berha. Geopolítica da Amazônia. Revista Estudos Avançados 16 (53), 2005. Universidade de São Paulo.

Boisier, Sergio. Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. Revista Eure. Vol. XXX, nº 90. Santiago Del Chile, septiembre, 2004

Costa, Wanderley Messias. A Geografia política clássica. Geografia Política e Geopolítica. São Paulo: Hucitec, 1992. pág. 29 a 41

Freitas, V. A. M. & Dutra, D. E. L. Hidroeletricidade no Brasil: perspectivas de Desenvolvimento e Sustentabilidade. In: O Estado das Águas no Brasil. Freitas org. ANA, Brasília, 2002.

Fundo das Nações Unidas para a População. Relatório Situação da População Mundial, 2001. Rastos e Marcos: População Mundial e Mudanças Ambientais.

Guedes, César A. M e Natal, Jorge L. A. Reestruturação espacial e gestão territorial no centro-oeste do Brasil -O caso da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, em Goiás. Seminário Internacional “La Gestión del Territorio: problemas ambientales y urbanos” realizado na Universidade Nacional de Quilmes/Argentina, em 29/11 a 01/12 de 1995.

Leborgne, Danielle e Lipietz, Alain. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In: Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios. Valladares, Licia e Preteceille, Edmond (coord.). São Paulo: Nobel, 1990

Morin, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: Pena-Vega, Alfredo e Nascimento, Elimar Pinheiro do. (Org.). O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 21 a 34.

Oliveira, Francisco de. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

Paiva, Carlos Águedo Nagel. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? Porto Alegre: FEE, 2004.

Pena-Vega, Alfredo e Nascimento, Elimar Pinheiro do. Edgar Morin – O passador de Fronteiras. In: _____ (Org.). O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 7 a 19.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2001. Nova York. Disponível em www.pnud.org.br/hdr/hdr2001/portugues/1.Chapter1_0516.pdf . Acessado em 14 de outubro de 2006.

Santos, Renata C. G. dos e Cidade, Lúcia Cony Faria de. Gestão de Recursos Hídricos e Conflitos na Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa. I Encontro Ciências Sociais e Barragens. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005.

Souza, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Vainer, Carlos B. e Araújo, F. G. B. *Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.